



GREVE GERAL NO DIA 14 DE NOVEMBRO

ACORDAI! REAGIR E COMBATER ESTAS POLÍTICAS ANTES QUE NOS DESTRUAM O PAÍS.

A cada dia que passa o Governo ataca direitos inalienáveis dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, da população em geral. Reduzem salários; cortam subsídios; desregulam o tempo de trabalho; diminuem as condições de segurança no trabalho, e tentaram, através da TSU, transferir mais dinheiro dos trabalhadores para os empresários. Ou seja, o governo prossegue a política de desvalorização do “factor trabalho” e de dar ainda mais vantagens ao “factor capital”. Como se isto tudo não chegasse aumentam a carga fiscal com impostos sobre rendimentos do trabalho. Com a diminuição do número de escalões do IRS de 8 para 5, anunciada para 2013, calcula-se que vamos sentir uma subida do imposto em mais de 30%. É sabido que os quadros superiores e grande parte de quadros médios, seja das empresas privadas, seja da Administração Pública, seja do sector empresarial do Estado, vão ser fortemente afectados com esta redução de escalões.

Neste quadro de ataque àqueles que criam riqueza para todo o país, os quadros técnicos têm sido fortemente penalizados, sendo justo destacar aqueles que, nos ministérios e câmaras municipais e juntas de freguesia, garantem serviços essenciais para a população e para a economia. Com os cortes cegos feitos nos organismos da Administração Pública, sob pretexto de racionalização de despesas, o Governo está a dar cabo de serviços de interesse público essenciais, frequentemente a passá-los depois para o sector privado, com custos maiores para o Orçamento de Estado, portanto para os contribuintes. É o que está a acontecer em serviços como, por exemplo, nos estabelecimentos do Serviço nacional de Saúde; unidades do ensino público e de investigação científica fundamental; departamentos dos ministérios que dão apoio técnico, regulam e fiscalizam a agricultura e a indústria e o comércio; laboratórios do Estado, onde se faz investigação científica aplicada a problemas concretos do país na agricultura e florestas, na pecuária, na inventariação e melhor conhecimento dos nossos recursos geológicos e do mar, no estudo de soluções de problemas tecnológicos e de engenharia. É o que querem fazer também com as autarquias locais, onde um corpo de técnicos com larga experiência presta valioso apoio de proximidade às populações. Sem eles vastas regiões do interior ficam ainda mais desprotegidas, e desta forma se acelera o despovoamento que já se sente há dezenas de anos.

Com a política seguida Portugal nem paga a dívida externa nem consegue reduzir o défice das contas públicas; mas faz crescer o desemprego, o subemprego e o emprego precário, como mostram as estatísticas mais recentes. Não admira que estejam a emigrar anualmente dezenas de milhar de licenciados, que vão criar mais-valias consideráveis em países ricos e que sabem dar valor ao saber científico.

Não podemos deixar que o Governo prossiga neste caminho. Só outra política, com produção de bens exportáveis com elevado valor acrescentado, designadamente bens de HiTech, pode gerar dinheiro

para satisfazer compromissos internacionais. Ou seja, só um crescimento significativo de criatividade e inovação tecnológica nas empresas, com incorporação de ciência e tecnologia nacionais, portanto com o envolvimento e motivação de trabalhadores com elevadas preparações científicas e tecnológicas.

É preciso e urgente pôr um travão a esta política de desastre. Os quadros técnicos têm responsabilidades acrescidas nesta luta patriótica, pois estão particularmente preparados para perceber o que se passa nas suas áreas de trabalho e, portanto, para onde leva esta política. O caminho dos trabalhadores tecnicamente qualificados e da generalidade dos quadros técnicos e científicos é, em unidade com os restantes trabalhadores, intensificar a luta contra o rumo desta política!

A Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos

17 de Outubro de 2012